

O Marquês Dom Pedro Francisco Ravara. Um Genovês em Lisboa (1672-1717)

António Pinto Ravara

É bem conhecida a importância da presença e actividade de mercadores e mareantes italianos em Portugal desde fins do século XIII, bem como o papel desempenhado por eles nos descobrimentos e na expansão dos séculos XV e XVI, estudados que foram já por diversos historiadores, quer portugueses quer estrangeiros¹. Bartolomeu Perestrelo, Luis de Cadamosto, António da Nola e Cristovão Colombo são apenas alguns dos nomes mais ilustres, entre tantos outros italianos que participaram no processo da expansão marítima e comercial portuguesa, inicialmente concentrada no espaço atlântico. Refiramos, entre outros, os Lomellini, Usodimare, Recco, Malocello, Spinola, Brancaleone, Di Negro, Doria, Cattaneo, Adorno, Fregoso, Cesare, Gentile, Centurione, Palma e Imperiale, como genoveses que se fixaram em Portugal Continental, na Madeira, nos Açores ou no Brasil, nos séculos XV e XVI, desenvolvendo importantes actividades comerciais, em boa parte ligadas à cultura e à indústria do açúcar².

De facto, no conjunto desses italianos destacaram-se, sem dúvida, os genoveses. De Génova viera já, em 1317, como é sabido, Manuele Pezagno (ou Pessagna), a quem o rei D. Dinis fez almirante da armada portuguesa, e que se comprometeu a trazer vinte outros genoveses peritos na arte de marear. A situação geográfica de Génova, cidade virada para o Mediterrâneo ocidental e grande centro de comércio, nomeadamente internacional, explica a vocação marítima, não só mediterrânea mas também atlântica, da República de Génova. Ora Lisboa, como é sabido, era um porto de escala importante na rota comercial marítima que ligava Génova e o Mediterrâneo ocidental com a Flandres e o Mar do Norte, desde o século XIII³.

Tal facto explica a afluência de italianos, e em particular genoveses, à nossa capital, com homens ligados à náutica e ao grande comércio marítimo. E assim, na Lisboa quinhentista havia já uma importante colónia italiana que, nos meados desse século, se dotou de igreja paroquial própria, como invocação de Nossa Senhora do Loreto, que foi reconhecida como tal pelo Papa, em 1551; a paróquia da «Nação italiana» de Nossa Senhora do Loreto persistiu até 1698, ano em que foi integrada na de Nossa Senhora da Encarnação⁴. Relembremos que a Igreja do Loreto se situava, na Lisboa

de então, no limite noroeste da cidade amuralhada, junto da cerca fernandina, que a protegia bem como ao bairro da Pedreira, zona inicialmente doada ao almirante Pessanha e onde moravam os italianos, pelo menos na sua maioria, provenientes não só de Génova, mas também de Piacenza, Milão, Florenza e Veneza⁵. A importância da presença transalpina em Lisboa está documentada, nomeadamente por cartas do rei D. Manuel I aos «nobres mercadores da Nação italiana» residente na capital portuguesa, conferindo-lhes ou confirmando-lhes determinados privilégios, concedidos desde o reinado de D. Afonso IV⁶.

Não cabe neste estudo analisar aprofundadamente as actividades mercantis e financeiras da colónia italiana de Lisboa, nem a sua evolução histórica ao longo dos séculos, tarefa em boa parte já realizada por vários historiadores e olisipógrafos⁷.

Limitamo-nos a relembrar essas actividades mercantis e financeiras como enquadramento explicativo da presença em Lisboa e da situação ocupada no interior da dita colónia por uma figura que nela ocupou um lugar do maior destaque, em fins do século XVII e princípios do século XVIII, a saber, o genovês Pietro Francesco Ravara, que foi escrivão-tesoureiro, mordomo e provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Loreto ao longo de várias décadas, entre 1679 e 1717, e que recebeu um marquesado no Estado de Milão, em 1709, das mãos do então rei Carlos III de Espanha (o arquiduque Carlos de Habsburgo e futuro imperador Carlos VI da Alemanha).

São vários os autores que se têm referido a este nosso antepassado, desde os fins do século XIX. Primeiro o Padre José Baptista Pereira, pároco de Carnide, nas suas «Memórias de Carnide», escritas em 1895 e publicadas mais tarde na revista coimbrã *O Instituto*⁸, a propósito das quintas nobres dessa freguesia, ao debruçar-se sobre a quinta dos Marqueses de Ravara. Depois, já em meados deste século, um olisipógrafo de tanta nomeada como Gustavo de Matos Sequeira, no segundo volume do seu *O Carmo e a Trindade*, ao historiar o bairro dos italianos do Loreto e a respectiva confraria, refere-se a múltiplos membros das principais famílias residentes em Lisboa, designadamente a Pedro Francisco Ravara, Provedor «vitalício» da referida Irmandade a partir de 1699 e mencionado como Marquez desde 1710⁹. Também Luiz Pastor de Macedo, na sua *Lisboa de lés a lés*, se lhe refere, registando alguns dados biográficos do «Marquez Pedro Francisco Ravara», morador na Rua do Ataíde, da freguesia da Encarnação¹⁰. Informações sobre vários membros da família Ravara, incluindo o Marquês D. Pedro Francisco, foram também recolhidas por Jorge de Moser, nos seus *Apointamentos genealógicos e heráldicos*¹¹.

Por último, que saibamos, referiu-se-lhe o olisipógrafo José Maria Cordeiro de Sousa, autor de uma *Colectânea Olisiponense*¹², que refere, entre outros elementos, o braço de armas usado pelo referido Marquês e representado num painel de azulejos de uma sua casa, ao Poço Novo: «sob uma coroa de marquês e suportado por dois rechonchudos meninos, um escudo *partido*, com uma estrela de seis pontas e três contra-bandas»¹³.

Por outro lado, na tradição da família foram recolhidos uns tantos elementos a respeito da pessoa

deste nosso antepassado, dos quais merece especial destaque o seu testamento, aliás registado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁴ e que é esclarecedor da sua situação familiar e patrimonial.

Mas o maior acervo documental referente a este nosso biografado contém-se, claro está, no Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, onde é referido em múltiplos documentos espalhados por várias caixas¹⁵.

Passemos então a sistematizar os elementos disponíveis acerca desta importante figura da colónia italiana na Lisboa da segunda metade de seiscentos e primeiro quartel de setecentos, começando por inseri-lo na família respectiva.

Pedro Francisco Ravara nasceu e foi baptizado, em datas que ignoramos ao certo mas podemos situar no ano de 1654, no lugar de Pontedesimo, da freguesia de S. Filipe e S. Tiago, no termo da cidade de Génova. Era filho do Capitão Baltazar Ravara e de sua mulher D. Jerónima Gheri, neto paterno de Bento Ravara e materno do Capitão Simão Gheri¹⁶. Das circunstâncias em que se desenrolaram as vidas de seus pais e avós nada sabemos ao certo, para além das referidas patentes militares; ignoramos, nomeadamente, eventuais vindas ou estadias suas em Lisboa, embora estejamos em crer que residiram habitualmente na República de Génova, a cujo patriciado os Gheri pertenciam desde 1528¹⁷.

Conhecemos sim os antecedentes históricos da família Ravara em Itália, pesquisados por encomenda nossa, há cerca de trinta anos, pelo Instituto Genealógico Italiano, de Florença. Sabemos, pois, estar documentada a presença da família na Ligúria, desde os fins do século XIII, como cavaleiros e senhores de castelos, concretamente no Rossilhão Inferior, como uma das poderosas estirpes alerâmicas¹⁸ que formavam o respectivo «Consórcio nobre» desde o século XIV¹⁹. O «Consórcio nobre» era uma associação de oito famílias senhoriais que governavam o Rossilhão Inferior, ou seja, o território pertencente ao condado de Acqui da antiga Marca alerâmica²⁰. Muitos ramos de famílias nobres de várias regiões da Ligúria, foram sendo atraídos para Génova, em cujo patriciado ingressaram oficialmente quando da reformulação deste, em 1528. Tanto o Rossilhão Inferior como o Superior tinham, aliás, laços institucionais com a República genovesa.

Neste contexto é facilmente compreensível e está, de resto, documentado o estabelecimento em Génova de vários ramos dos Ravara provenientes do Rossilhão Inferior, um dos quais constituído pelos antepassados directos do nosso biografado. Este, por sua vez, terá sido um dos primeiros elementos da sua família a ter vindo para Lisboa, onde a sua presença está documentada desde 1672 e onde viviam já os seus opulentos tios maternos César Gheri (pelo menos desde 1655) e João Tomás Gheri, como aliás vivera também Jerónimo Gheri, destacado membro da Irmandade do Loreto já em 1651²¹.

No Arquivo do Loreto encontra-se um precioso documento, datado de 1672 e intitulado «Rol das Pessoas Italianas, que são à nossa notícia; Residentes nesta Corte de Lixboa», que nos permite conhecer os nomes e naturalidades dos membros da colónia transalpina na nossa capital, bem como

a importância relativa dos vários elementos aí mencionados. Desses quase cem nomes os dois primeiros são, precisamente os de César e João Tomás Gheresi, genoveses destacados pela sua opulência económica e prestígio social e dos quais sabemos também terem sido Familiares do Santo Ofício. No conjunto dos primeiros vinte e cinco nomes, todos de genoveses, encontramos ainda mais dois Gheresi e na segunda metade da lista ainda um outro²²; já mais para o fim desta lista encontramos um Bento Ravara, também genovês²³.

Mas a maior relevância, para nós, deste rol dos italianos em Lisboa no ano de 1672, está no facto de ele ser o primeiro documento que refere a presença nesta cidade de Pedro Francisco Ravara, cujo nome se encontra entre os primeiros vinte e cinco e imediatamente antecedido do de Hipólito Guido, seu futuro sogro. Sobrinho dos poderosos Gheresi e certamente a eles associado desde a sua chegada a Lisboa, vemos Pedro Francisco Ravara numa situação de certo destaque logo desde o início da sua presença em Portugal; em 1672 tinha apenas dezoito anos de idade, o que não o impedia de desempenhar já actividades comerciais importantes e de gozar de um prestígio social considerável, que justificavam a sua inclusão entre o primeiro quartirão de elementos da Nação italiana residente em Lisboa.

Sete anos mais tarde, o nosso biografado obteve, da Câmara Eclesiástica de Lisboa, licença para casar com D. Ana Maria Guido de Sousa, natural da freguesia do Espírito Santo, da Vila de Aldeia Galega de Ribatejo e moradora na de Santa Justa, de Lisboa; a noiva era filha do Dr. Hipólito Guido, genovês de origem e médico do Hospital Real de Todos os Santos, onde então residia, e de sua mulher D. Brites Freire de Sousa²⁴. O casamento realizou-se a 8 de Fevereiro de 1679, na Capela do Hospital Real de Todos os Santos²⁵ e foi precedido da outorga de escritura de dote, registada nas notas do tabelião lisboeta Francisco Coelho Moniz (como refere o testamento de Pedro Francisco Ravara).

Do Dr. Hipólito Guido sabemos que era natural de Génova, veio para Portugal em menino e iniciou, entre os dez e os onze anos de idade, estudos em Coimbra, onde residiu até se formar em Medicina (provavelmente era familiar ou afilhado de um outro médico genovês, lente de Medicina na Universidade de Coimbra). Uma vez médico, foi viver para Alcochete e depois para Aldeia Galega do Ribatejo, exercendo aí medicina. Com cerca de vinte e oito anos de idade, obteve licença, datada de 26 de Outubro de 1660, para casar com D. Brites Freire de Sousa, natural e moradora na freguesia do Espírito Santo, da Vila de Aldeia Galega do Ribatejo, senhora de vinte e sete anos de idade, filha do Capitão Domingos de Sousa Broa, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Brites Freire, então já defunta²⁶.

O casamento de Pedro Francisco Ravara e D. Ana Maria Guido de Sousa revela-nos uma nova ligação entre famílias de origem genovesa, embora os Guido em Portugal estivessem ligados não a actividades comerciais e financeiras, como a maioria dos seus conterrâneos, mas antes ao exercício da medicina e, desde 1660, por casamento, também à nobreza provincial e à propriedade fundiária da margem esquerda do estuário do Tejo.

Estreitamente ligado à vida da colónia italiana de Lisboa e à mesa ou junta da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Pedro Francisco Ravara, desempenhou, ao longo de várias décadas, as diversas funções de oficial da referida Irmandade, logo na sequência do seu casamento. De facto foi eleito uma primeira vez, para o cargo de Escrivão-Tesoureiro, em 21 de Abril de 1679, e reeleito em 6 de Setembro de 1682; em 2 de Setembro de 1685 foi eleito Mordomo do Culto Divino, desempenhando novamente essas funções em 1698-1699; em 1 de Setembro de 1686 foi eleito Provedor, pela primeira vez, voltando a sê-lo em 1699 e nos anos seguintes, sem interrupção, ficando na posse do cargo continuamente até fins de 1717²⁷. De facto, só a morte, ocorrida em 29 de Novembro deste ano (na sua casa da Travessa do Ataíde, da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação), lhe arrancou a posse do cargo de Provedor, no qual foi, aliás, prontamente substituído por seu sobrinho e herdeiro Jácome Filipe Ravara (filho de seu irmão José e que já fora Escrivão-Tesoureiro da Irmandade em 1702, 1703 e 1705)²⁸. Os documentos referem ainda que, entre 1711 e 1717, não se reuniram juntas nem houve eleições, correspondendo esses anos a um período de governo absoluto da Irmandade por Pedro Francisco Ravara, só explicável pelo facto de esse ter atingido uma posição ímpar no seio da colónia italiana de Lisboa, ao ser feito Marquês no Estado de Milão, no princípio do ano de 1709.

Vivendo em Lisboa ao longo de quarenta e cinco anos, como grande mercador estabelecido no Rossio, junto ao Hospital de Todos os Santos, este nosso biografado dedicou-se a actividades comerciais e financeiras de vulto — como era próprio dos «nobres mercadores da Nação Italiana» e da sua Irmandade do Loreto²⁹ — que lhe permitiram reunir uma grande fortuna, também alimentada pelos bens herdados de seus pais³⁰. Parte da sua fortuna consistia em propriedade imobiliária, como casas em Valverde, S. Lourenço e outras e uma famosa quinta em Carnide. Esta última, que comprara cerca de 1690, tinha casa apalaçada e belos jardins, com fontes, estátuas e azulejos de grande qualidade; teria provavelmente pertencido aos Duques de Aveiro, como sugere o autor das «Memórias de Carnide» e ficava situada junto à actual Rua do Norte desse subúrbio lisboeta; nela veio a fixar residência a Marquesa D. Ana Maria, já viúva, até ao seu falecimento, ocorrido só em 1754³¹.

Pedro Francisco Ravara era também possuidor, desde Setembro de 1702 e conjuntamente com sua mulher, de pelo menos um padrão de juro do contrato do Tabaco, no valor de 74\$043 réis, por despacho do Conselho da Fazenda e sentença do Juízo de Justificações³². Sem ser uma grande quantia, claro está, era um tipo de investimento muito procurado, pela sua alta rentabilidade.

Entre as operações financeiras deste nosso biografado, destaca-se o empréstimo de 25.000 cruzados de prata que fez ao Arquiduque Carlos de Habsburgo, pretendente ao trono espanhol, quando este esteve em Lisboa — onde chegou em Março de 1704, trazido por uma frota anglo-holandesa — a fim de levantar o exército que lhe permitiu vencer a primeira fase da Guerra de Sucessão de Espanha (contra o rival Filipe de Anjou, neto de Luis XIV e apoiado pela França)³³.

A importância da contribuição monetária de Pedro Francisco Ravara para o triunfo inicial da

candidatura de Carlos de Habsburgo ao trono espanhol fez com que este, uma vez aclamado Rei de Espanha — Carlos III — o tenha recompensado, cinco anos mais tarde, com a concessão do título de Marquês, ou melhor, com a doação, em termos ainda feudais, de um marquesado em Itália, no Estado de Milão³⁴. Lembremos que o Rei de Espanha era Duque soberano do Milanado, até à Paz de Utreque, após a qual esse ducado passou para a posse do Imperador da Alemanha, ou seja, continuou nas mãos de Carlos de Habsburgo, como Imperador Carlos VI.

A carta régia de doação de tal marquesado, a título hereditário e perpétuo, datada de Barcelona e de 28 de Fevereiro de 1709, foi por nós localizada no Arquivo do Estado Austríaco, da cidade de Viena, cujo Director³⁵ no-la mandou enviar fotocopiada, em Dezembro de 1988.

Conseguimos, assim, saber que tal Marquesado se situava no actual distrito de Alessandria, da província do Piemonte e constava de dois feudos, cada qual com «campos e cidades», ou «terra e lugares» — expressões repetidas várias vezes, no latim de época em que o documento foi redigido. O território desses dois feudos passava a ficar separado, por efeito da doação, do território da cidade de Derthone e isento da jurisdição dos juizes e magistrados desta cidade, passando o novo senhorio a depender directamente do Governador régio e do Senado do Estado de Milão. Um dos feudos correspondia às «terra et loca Rivalte» e o outro à «terra Castellari Ponzani» — respectivamente a região da actual Rivalta Bormida e a de Ponzano Monferrato³⁶ — abrangendo cada um o número máximo de cinquenta fogos de colonos e implicando toda a jurisdição e administração económica e fiscal sobre os habitantes desses cem fogos; quer isto dizer que a doação régia implicava a concessão, ao contemplado, dos atributos e prerrogativas feudais costumeiros.

No entanto, o uso deste título de Marquês, em Portugal, só está documentado a partir da segunda metade do ano de 1710. Quererá isto dizer que, entre 1709 e 1710, D. Pedro Francisco Ravara esteve ausente de Portugal, nos seus domínios italianos? Esta é uma pergunta à qual, por enquanto, não sabemos responder; aliás não encontramos ainda qualquer menção de ausências de Lisboa deste nosso biografado, ou seja, de deslocações suas a Génova, onde possuía bens — herdados de seus pais e de seu irmão mais velho — ou ao seu marquesado no Estado de Milão³⁷

O seu testamento, redigido em Lisboa pouco antes da sua morte — ocorrida em 29 de Novembro de 1717, aos 63 anos de idade — elucida-nos acerca da sua situação familiar e patrimonial. De facto, refere a ausência de filhos ou outros herdeiros forçados e institui seu herdeiro o seu sobrinho Jácome Filipe Ravara, filho de seu irmão José e assistente em sua companhia. Explica que os seus bens, em Portugal, são casas em Valverde, S. Lourenço e outras, em Lisboa, dinheiro emprestado a juros, dinheiro amoedado, móveis e penhores que tinha em seu poder como caução de empréstimos. Menciona também possuir, em Génova, bens que herdou de seus pais e um morgado, instituído por seu irmão, o Dr. João Jácome Ravara, que lho deixou em herança. Estabelece múltiplos legados, incluindo duas capelas de missa quotidiana na Igreja do Loreto, onde ficou sepultado, no jazigo dos Provedores da Irmandade. Determina que ao morgado de Génova sejam acrescentados os bens que herdou de seus pais e mais sessenta mil cruzados, a serem investidos pelo administrador do dito vínculo.

Em relação aos seus bens em Lisboa, casas e dinheiro, vincula-se na forma de um novo morgado e determina que o dinheiro seja aplicado, logo que possível, em bens livres de sisa. Nomeia para administradores deste morgado, conjuntamente, sua mulher, «enquanto viver ou não tomar estado», e seu sobrinho e herdeiro Jácome Filipe: estabelece que ele deve ser transmitido à descendência desse sobrinho e, se ela se extinguir, à do administrador do morgado de Génova, e ainda que, se também essa descendência se extinguir, deverá o novo morgado reverter para a Irmandade da Igreja do Loreto de Lisboa. Determina ainda que sua mulher a Marquesa, uma vez viúva, se mantenha e administre com os bens do dote que recebeu quando se casaram e do qual foi então (1679) feita escritura por tabelião.

Pela documentação do Arquivo do Loreto e do Arquivo dos Registos Paroquiais, na Torre do Tombo, sabemos que o título de Marquês «de Ravara» foi herdado e usado pelo sobrinho D. Jácome Filipe, eleito também Provedor da Irmandade do Loreto, cerca de duas semanas após o falecimento de seu tio³⁸. No entanto, o novo Marquês só foi Provedor até ao ano seguinte (1718) e não voltou a ocupar qualquer cargo de direcção da Irmandade. A razão de tal facto deve-se a ter adoecido gravemente, o que motivou a vinda para Lisboa de seu pai, José Ravara, o qual nos refere essas circunstâncias no codicilo complementar do testamento que fizera em Génova. Tal codicilo foi redigido em Lisboa, no ano de 1720, sendo o seu autor residente ao Poço dos Negros, em casa de sua cunhada e testamenteira a Marquesa «de Ravara», onde faleceu em Setembro de 1721³⁹

D. Jácome Filipe Ravara não mais recuperou da sua grave doença, pelo que foi sua tia, a Marquesa viúva, quem ficou a administrar os bens da herança do marido, e isso ao longo de cerca de trinta e seis anos, pois só viria a falecer com idade muito avançada — 75 anos depois de ter casado — em 24 de Janeiro de 1754⁴⁰.

Nessa altura, como D. Jácome Filipe morrera já, solteiro, a 1 de Janeiro de 1738⁴¹, os bens da herança lisboeta de D. Pedro Francisco Ravara vieram a reverter, finalmente, para a Irmandade da Igreja do Loreto — após um litígio judicial que durou até 1770 e que foi disputado, com várias peripécias, entre a Irmandade do Loreto, por um lado, e uma irmã e um sobrinho do 2.º Marquês, por outro⁴².

NOTAS

¹ Designadamente Virgínia Rau, em *Privilégios e legislação portuguesa referente a mercadores estrangeiros (séculos XV-XVI)* e em *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: Os Lomellini*; José Pessanha em *Os Almirantes Pessanhas*; Gustavo de Matos Sequeira em *O Carmo e a Trindade*; Morais do Rosário em *Genoveses na história de Portugal e Privilégios dos Genoveses em Portugal*; Pierre Chaunu em *A expansão europeia do século XIII ao século XV*; Jacques Heers em *O Ocidente nos séculos XIV e XV. Aspectos económicos e sociais*, Charles Verlinden em *A colónia italiana de Lisboa e o desenvolvimento da economia metropolitana e colonial portuguesa*; P. Peragallo em *Elementos sobre a colónia italiana em Portugal nos séculos XIV-XV-XVI* e em *Os Perestrellos de Piacenza em Portugal e a mulher de Cristóvão Colombo*; L. Magnino em *António da Nola e a colaboração entre Genoveses e Portugueses nas grandes descobertas*; a Real Academia de Itália em *Relações históricas entre a Itália e Portugal. Memórias e documentos*; G.G. Musso em *Genoveses e Portugal na idade das descobertas (Novas pesquisas de arquivo)* e em *Notas arquivísticas e bibliográficas sobre Genoveses e Portugal na idade moderna*; Giuliana Albinì em *Para uma história dos italianos em Portugal: o arquivo de Nossa Senhora do Loreto*; M. Nunes Dias, *O capitalismo monárquico português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*.

² Ver Morais do Rosário, *Genoveses na História de Portugal*, Lisboa, 1977, pp. 247-248.

³ Ver Giuliana Albinì, *Per una storia degli italiani in Portogallo: l'archivio di «Nossa Senhora do Loreto»*, separata de *Nuova Rivista Storica*, Anno LXVI - Fasc. I-II-1982, Società Editrice Dante Alighieri, pp. 142-143.

⁴ Ver Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. II, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

⁵ Ver Ch. Verlinden, «La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l'économie métropolitaine et coloniale portugaise», em *Studi in onore di Armando Sapore*, Florença, 1956, vol. I, pp. 615-628.

⁶ Ver F. de Morais do Rosário, *Privilégios dos Genoveses em Portugal*, Estudos Italianos em Portugal — Quaderno n.º 2, Instituto Italiano de Cultura em Portugal, Lisboa, 1983, p. 39.

⁷ Entre estes últimos destaques Gustavo de Matos Sequeira e a sua obra *O Carmo e a Trindade*, já referida, cujo volume II desenvolve largamente essa temática, sobretudo nos capítulos XII, XIII e XIV.

⁸ Nos volumes n.ºs 61 e 62, respeitantes aos anos 1914 e 1915 dessa «revista científica e literária», composta na Imprensa da Universidade de Coimbra. Sobre os «Marqueses de Ravara» ver volume n.º 62, pp. 270-278.

⁹ Ver pp. 233, 246, 261 e 262. Na p. 247 diz o autor: «É curioso ver, entre os nomes dos Mesários do Loreto, apelidos que estão no nosso ouvido e que ainda hoje perduram em Portugal: — Monjardino, Andrea, Verde, Cambiasso, Ravara, Rufino, Anselmo, Betamio, Ferrari, Olivieri, Scarlatti, Calvet, Baldi, Quadrio, Manzozoni, Júdice, Conti Vintimiglia, Guido, Murta, Del Piano, Paganini, etc.» (os itálicos são nossos).

¹⁰ Ver Livro I, p. 240 desta obra em cinco livros ou volumes, publicada em 1940.

¹¹ Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, Colecção Jorge de Moser, n.º 704, *Apointamentos genealógicos e heráldicos*, 1.ª série, tomo VIII, pp. 372 e segs., e 2.ª série, tomo XII, pp. 237 e segs.

¹² Obra publicada em 1953.

¹³ Ver *Colecção Olisiponense*, 1.º vol. C.M.L., 1953, p. 132.

¹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo Geral de Testamentos*, Livro n.º 150, fl. 87v-90v. O testamento da Marquesa sua mulher, falecida em 1754, está também recolhido neste fundo documental, no Livro n.º 258, fl. 74 e segs.

¹⁵ Designadamente as Caixas I, V, VII, XI, XIV e XIII, e ainda o *Livro I das Actas das Sessões da Junta* (ou Mesa da Irmandade). Este arquivo histórico foi organizado pelo labor incansável do Padre Sergio Filippi, antigo coadjutor da dita igreja, que nos guiou amavelmente, já há alguns anos, num primeiro contacto com o respectivo recheiro.

¹⁶ Dados transmitidos na tradição familiar, em árvores genealógicas, e corroborados pela investigação de arquivo — no Arquivo da Igreja de N.ª Sr.ª do Loreto e na Secção de Reservados da B.N.L.

¹⁷ Ver Angelo M.G. Scorza, *Le Famiglie Nobili Genovesi*, Génova, 1924, p. 115.

¹⁸ Eram as famílias Marchelli, Pesce, Cannonero, Ravara, Marengo, Oddone, Pastorino e Viotti, que remontavam ao Conde Aleramo, senhor da Marca de Itália, do Império de Otão o Grande, desde o ano de 967.

¹⁹ Ver Giovanni B. di Crollalanza, *Dizionario Storico Blasonico delle Famiglie Nobili e Notabili Italiane*; Guasco, *Dizionario feudale degli antichi Stati Sardi e della Lombardia*, vol. 5.º, p. 1923. Estes autores revelam-nos também os brasões usados por essas duas famílias, em Itália. Em relação aos Ravara, também referidos como Ravera e Ravaria, do Rossilhão Inferior, descrevem três brasões um tanto diferentes, dois deles incluindo um leão rampante e o outro uma águia imperial (ver «Armi delle famiglie componente i due Consortili Rossiglionesi», em *Rivista del Collegio Araldico*, 1913, p. 557); por sua vez um ramo da família estabelecido em Cremona, no século XV, usava um escudo heráldico com uma águia imperial e um leão rampante (ver Crollalanza, *Ob. cit.*).

²⁰ A Marca Alerâmica compreendia os Condados de Montferrato, Acqui e Savona e fora doada pelo Imperador Otão I, em Março de 967, na cidade de Ravena, ao até então Conde Aleramo.

²¹ Ver G. de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. II, pp. 226, 228, 229 e 233. Jerónimo Gheresi ofereceu, em 1651, uma elevada quantia para a reconstrução da Igreja do Loreto, que ardera em 29 de Março desse ano.

²² De nomes próprios João Jácome, Jerónimo e Jácome Francisco. A presença dos Gherzi em Lisboa e os laços familiares que os ligavam aos Ravara, bem como aos Porcille e aos Braamcamp, foram já laboriosamente pesquisados, há anos, pelo distinto investigador Dr. José Krohn da Silva, que teve então a amabilidade de nos fornecer informações preciosas a esse respeito.

²³ Outro elemento da família Ravara, presente em Lisboa embora não figurando ainda neste «Rol...», é Giovanni Battista Ravara, referido em diversos documentos do Arquivo do Loreto como mesário da Irmandade, entre 1701 e 1738, e mencionado por Jorge de Moser como filho de D. Bartolomeu Ravara e de sua mulher D. Maria Jerónima Torres e ainda como tendo falecido em Elvas, na freguesia do Salvador, a 10 de Setembro de 1748 (ver Colecção Jorge de Moser, n.º 704, *Apontamentos genealógicos e heráldicos*, 1.ª série, tomo VIII).

²⁴ B.N.L., Secção de Reservados, *Sumários Matrimoniais da Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Ano de 1697, Maço 2, Processo 284, referido por Jorge de Moser na *Ob. cit.*

²⁵ Ver Luiz Pastor de Macedo, *Lisboa de lés a lés*, vol. 1.º, p. 240. O autor recolheu essa informação no *Livro 5.º de Casamentos*, da freguesia de Santa Justa, a fl. 168 v. (A.N.T.T., *Arquivo dos Registos Paroquiais*).

²⁶ Ver B.N.L., Secção de Reservados, *Sumários Matrimoniais da Câmara Eclesiástica de Lisboa*, Ano de 1660, Maço 2, Processo 94, referido por Jorge de Moser na *Ob. cit.*

²⁷ Ver Arquivo do Loreto, *Livro I das Actas das Sessões da Junta*, fls. 86 b, 93 a 96 b, 122 b, 124 a, 125-136. Também *Caixa XI*, Doc. 21, fl. 2 v; Doc. 24, fls. 1 v, 2 e 2 v; Doc. 31, fls. 1, 2 e 2 v.

²⁸ Ver *idem*, *Livro I das Actas das Sessões da Junta*, fls. 129 b, 130 b e 136 a. Giacomo Filippo Ravara foi eleito Provedor em 12 de Dezembro de 1717.

²⁹ Os mercadores italianos de Lisboa pagavam, para os cofres da Irmandade, uma certa taxa sobre o valor de todos os artigos entrados e saídos do País e despachados na Alfândega — essa taxa começou por ser de 0.25%, passou para 0.5% na sequência do incêndio da Igreja do Loreto em Março de 1651, e para 0.75% em 1719. Do dinheiro dos cofres da Irmandade, os membros da Junta emprestavam frequentemente somas ao juro de 5%, 6% ou 6.25%, com hipoteca de propriedades, penhores de jóias e alfaias ou outras garantias (ver G. de Matos Sequeira, *Ob. cit.*, vol. II, pp. 226-229 e 253).

³⁰ Ver testamento do Marquês D. Pedro Francisco Ravara, conservado no A.N.T.T., *Registo Geral de Testamentos*, Livro n.º 150, fls. 187 v - 190 v, e também, copiado, no Arquivo do Loreto, *Caixa XIV*, Maço 8, Docs. 1.1 a e 2 (esta última cópia está redigida em língua italiana).

³¹ Ver Pe. José Baptista Pereira, «Memórias de Carnide», em *O Instituto — Revista Científica e Literária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, Vol. 62.º, 1915, pp. 270-278.

³² Ver A.N.T.T., *Chancelaria de D. Pedro II*, Livro 1.º de Doações, Padrões e Ofícios, fls. 156 e segs.

³³ Ver «Memórias de Carnide», em *O Instituto*, vol. 62.º, 1915, p. 273.

³⁴ A divulgação das circunstâncias da concessão deste título nobiliárquico devem-se ao Pe. José Baptista Pereira, Prior de Carnide, que as explicou nas suas já referidas «Memórias de Carnide» (Ver *O Instituto*, vol. 62.º, 1915, p. 273).

³⁵ O Conselheiro Doutor Berthold Waldstein-Wartenberg.

³⁶ Ver Carta de Marquesado concedida a Dom Pedro Francisco Ravara, registada na *Chancelaria de Itália*, Livro 2, fls. 199 e segs.

³⁷ Assunto que, provavelmente, só ficará esclarecido através de investigação em arquivos italianos (em Alessandria, Génova, Milão ou Turim).

³⁸ Ver *Livro I das Actas das Sessões da Junta*, fl. 136 a.

³⁹ Esse codicilo foi conservado no A.N.T.T., *Registo Geral de Testamentos*, Livro n.º 166, fls. 7 e segs., e foi aberto em 16 de Setembro de 1721. José Ravara foi sepultado na Igreja do Loreto.

⁴⁰ A Marquesa de Ravara, nome por que era conhecida, foi sepultada na capela-mor da ermida do Espírito Santo de Carnide; quando esta foi destruída, em 1858, a sua campa foi transferida para a igreja de S. Lourenço daquela localidade e, por último, para o cemitério de Benfica (Arneiros), onde ainda hoje se pode ler, numa lápide junto à capela, a seguinte inscrição: «AQUI JAZ D. ANNA MARIA GUIDO MARQUEZA RAVARA, FALECEO AOS 24 DE JANEIRO DE 1754».

A esta sepultura referiram-se Gabriel Pereira em *O lindo sítio de Carnide*, monografia datada de 1898, e José Maria Cordeiro de Sousa em «A sepultura da Marquesa de Ravara no cemitério de Benfica» (artigo da *Colecção Olisiponense*, 1.º vol., C.M.L., 1953, pp. 131-133).

⁴¹ Ver A.N.T.T., *Arquivo dos Registos Paroquiais*, freguesia de Benfica, Livro 4.º de Mistos, fl. 47: aí se refere que o Marquês Jácome Filipe Ravara residia na quinta do Conde de Coculim e que foi sepultado no Convento dos Religiosos de S. Domingos de Benfica.

⁴² Ver Arquivo do Loreto, *Caixa XIV*, Maço 8, Documentos Vários, que nos mostram como D. Ana Maria Ravara, irmã de D. Jácome Filipe, e seu filho Sebastião Barrabino Ravara, vindos de Génova, estiveram de posse do morgado Ravara de Lisboa, entre 1763 e 1770, altura em que ele reverteu, finalmente, para a Irmandade do Loreto. Quase um século depois, em 1855, o genovês João Bendinelli Ravara veio a Lisboa reivindicar, sem qualquer êxito, o direito de posse do dito morgado (ver *Caixa XXIII*, Maço 4).